



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 8/2025

Sessão realizada no dia 18 de dezembro de 2025, na sala de sessões do município de Sines

Presenças dos membros da Assembleia Municipal -----

Hélder Alexandre Gil Guerreiro (CDU), substituído pela Sra. Inês Duarte Marques Mateus Justo

Marisa Filipa de Santos Rodrigues dos Santos (MAIS)-----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Maria Antonieta Rombão Lopes (CDU) -----

Paulo César Lala de Freitas (MAIS), substituído pela Sra. Mónica Veríssimo Venturinha -----

Augusto José Matos Figueira Filipe (AD) -----

Ricardo Eugénio Pinto Rodrigues (CDU) -----

Gil Vasco da Silva Gonçalves (MAIS) -----

Vânea da Cruz dos Anjos (PS)-----

Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----

Rui Manuel Gonçalves da Cruz Lima da Silva (Chega) -----

Orlanda de Almeida Ramos (MAIS) -----

António da Silva dos Santos (CDU) -----

Ana Rita da Conceição Cruz (AD), substituída pelo Sr. João Miguel Rosado Figueiredo da Silva

João Paulo da Silva Santos (PS) -----

Soraia Cristina Pinela Brites Pereira (MAIS) -----

Telma de Jesus Coutinho Dias (CDU) -----

Hélder Martinho Gonçalves de Campos (CDU) -----

João David Plácido Soares (MAIS)-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Amélia João Chamorro Nunes (PS), substituída pelo Sr. Daniel Filipe dos Santos Serrão Pestana

André Jorge Neves da Luz (AD) -----

Sílvia Isabel Venturinha Jermias (CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Sines) -----

José Pedro Nascimento Arsénio (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo) -----

Presenças da Câmara Municipal de Sines: -----

Presidente: Álvaro dos Santos Beijinha -----

Vereador: Gonçalo José Teixeira Pimenta Maldonado Naves -----

Vereadora: Fernanda Maria da Silva Duarte -----

Vereadora: Filipa Marta Torres Faria -----

Vereadora: Ana Isabel Dias Correia -----

Vereador: Miguel Luís da Silva Tabosa Vaz -----

Vereador: Jorge Miguel Baião Mestre -----

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sines, em Sessão Ordinária, sob a presidência da Senhora Deputada Municipal, Marisa Santos.

Aberta a sessão, a Senhora Presidente cumprimentou todos os presentes e referiu que esta é uma das assembleias “mais relevantes do ciclo político do ano económico, tendo em conta que vão proceder à apreciação e discussão das Grandes Opções do Plano (GOPS) e do Orçamento para o próximo ano”.-----

A - Intervenção do público -----

Neste ponto, nos termos do regimento, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines Marisa Santos, pergunta aos munícipes presentes se pretendem inscrever-se para intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O munícipe **Manuel Lança**, diz que “em primeiro lugar, queria felicitar a senhora Presidente da Assembleia Municipal e todos os membros da mesma no trabalho que vão ter que implementar ao longo destes quatro anos. -----

Depois, congratular-me também com a eleição da senhora Presidente para o Conselho Geral da Associação Nacional de Assembleia Municipais, que é uma importante ação que é preciso relevar. Em segundo lugar, desejar-lhe as maiores felicitações e também a melhor condução dos trabalhos que eu sei que vai conseguir, porque é competentíssima para isso. -----

Depois, também queria cumprimentar o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores e desejar-lhes um trabalho profícuo que eu sei que não é fácil. Também já estive desse lado, mas foi nos anos oitenta e cinco a noventa e três que era uma coisa completamente diferente do que é agora, não tem nada a ver, mas desejo sinceramente que as coisas corram muito bem até porque Sines precisa de muito empenho vosso e de todos os que estão aqui na Assembleia Municipal, porque Sines ficou no estado em que ficou. Portanto, irei com certeza vir aqui mais vezes pôr questões, colocar questões como qualquer munícipe deve fazer e também vou fazê-lo por e-mail para o senhor Presidente, porque as coisas são tantas que eu tenho para dizer que não vale a pena estar aqui a gastar muito tempo. Gastaria toda a Assembleia Municipal para chegarmos aqui a alguma conclusão”.-----

O munícipe **Fernando da Conceição Silva**, afirma que só “queria fazer duas perguntas ao senhor Presidente. Sei que é uma pessoa que gosta de andar no terreno, segundo consta, e são duas perguntas muito rápidas e fáceis de responder se o senhor Presidente souber, é o Ex-líbris de Sines. A nível da noite, não sei se o senhor já lá passou, se não, se teve alguma informação, como é que aquilo se encontra. A segunda é, centro de saúde de Sines. Aquilo tem um estacionamento, aquele é um estacionamento péssimo, cheio de buracos, quando chove ficam poças enormes, não é, as pessoas têm dificuldades, principalmente velhotes como eu quase estou a ficar, não é, e uma coisa fácil de resolver, não sei se o senhor Presidente tem conhecimento disso, gostava da sua resposta”.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, diz ao munícipe que “em relação à primeira questão não foi perceptível a que espaço é que se estava a referir, pelo que deverá clarificar”. -----

O munícipe esclareceu que o espaço a que se refere é o castelo e a sua envolvente e que gostava de saber uma opinião do senhor Presidente”.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O munícipe **Mário Búzio**, afirma que “no primeiro mandato da antiga administração estive aqui presente também na primeira Assembleia e trouxe ali um tema que lhe é muito querido por várias razões. A primeira razão é porque eu pertenço a uma família de pescadores e eu também fui. Portanto, a pesca é sempre um tema que está presente comigo como cidadão e estive aqui presente no primeiro mandato, no início como disse da Assembleia e pedi a todos na altura que face aos problemas que a pesca aqui em Sines já estava a ter, particularmente na pesca artesanal, que era necessário algum empenho da Câmara, no sentido de tentar fazer alguma coisa por aquela atividade económica. Fiz esse pedido e é o mesmo pedido que vou deixar aqui a todos os membros, não só dos grupos de deputados aqui presentes, como também ao senhor Presidente de Câmara e à senhora Presidente da Assembleia e respetivas equipas. Bem sei que a Câmara não tem competências na área da decisão relativamente à pesca. Contudo, sei que é possível fazer alguns, como dizer? Alguma pressão nas tomadas de decisão que são feitas pelos governos, nomeadamente na área da Associação de Municípios. É sabido que a Associação de Municípios tem uma secção onde existem vários portos de pesca, tenho aqui a listagem, em termos nacionais são cerca de cinquenta e sete municípios com atividade de pescas e portos de pesca, sendo que quarenta e seis municípios pertencem ao continente. Os restantes são das ilhas. Tendo em conta isto, e porque neste momento é a pequena pesca que me preocupa e o futuro da pequena pesca, porque a chamada pesca industrial estão muito mais bem organizados do ponto de vista das suas organizações produtoras, a pequena pesca tem pecado por não ter conseguido ter esse tipo de organização e então eu trago aqui um relatório que foi apresentado ao parlamento europeu pelo deputado João Ferreira, um relatório sobre a pequena pesca que vou deixar aqui à mesa e depois será com certeza distribuído por quem a senhora Presidente entender e esse relatório aborda, portanto as questões principais onde podem ser feitas algumas démarches, no sentido de apoiar essa mesma pequena pesca. -----
No âmbito da Associação de Municípios queria fazer aqui duas chamadas de atenção relativamente ao seguinte. Do ponto de vista do cidadão e é dessa forma que eu aqui estou portanto, e, é dessa forma que sempre que aqui estiver presente vou exercer a minha cidadania com base nas minhas opiniões e nos pedidos de esclarecimento que eu necessitar em relação tanto à Câmara, como à mesa, porque a ideia não é vir aqui fazer oposição, porque isso cabe aos grupos aqui presentes e não cabe ao cidadão ter essa prática. Portanto, a ideia era como são assuntos que me interessam bastante, era saber se era possível no âmbito da Câmara juntasse isso a municípios, disponibilizar a página que eles têm que anteriormente já esteve aberta ao público e agora foi fechada, portanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

isto é um mau sinal, em termos democráticos é um mau sinal, em que não é possível, portanto ao cidadão consultar documentos, nomeadamente das reuniões que são feitas com base ao nível dos municípios em termos da própria organização. Portanto, a questão é, se é possível junto da Associação Nacional de Municípios falar e abrir novamente as páginas para que nós possamos realmente saber quem é que está nas reuniões, quem é que não está, quais os assuntos discutidos, porque isto não há assuntos tabu, não é? Portanto, se os assuntos são todos do interesse das pessoas e é para aí que devem ser dirigidos, não me parece sequer que haja assuntos tabu nesta área para poder decidir. -----

Portanto, o segundo tema tem a ver com o ambiente. Como é sabido, pela calada da noite aparecem sempre os maus cheiros com passadas misteriosas que ninguém sabe, ou melhor, todos sabemos e que há boca pequena falamos, mas que depois é muito complicado acusar este ou aquele, porque cria problemas do ponto de vista de saber se é ou não é e já tivemos problemas aí na área com uma empresa e foram feitos alguns trabalhos e que depois acabaram por morrer, isto está novamente em roda livre. Portanto, a questão é tentar saber se é possível atenuar, ou abrandar, ou chamar as pessoas a atenção para que isto não se repita, ainda ontem à noite era uma vergonha. -----

Relativamente aqui ao porto de Sines queria dizer o seguinte. Pela primeira vez foi tornada pública uma posição do Presidente da APS, defendendo e muito bem um conjunto de instalações que é necessário fazer face aos investimentos que veem e que segundo dizem são cerca de vinte e quatro mil milhões de euros. Esses investimentos, portanto, vão ser feitos, têm que ser apoiados por uma série de instalações sociais que realmente fazem falta. Gostaria de saber se a Câmara está disponível para junto da administração portuária aproveitar esta abertura que, corrijam-me se eu estiver errado não me lembro nunca de existir por parte do Presidente da administração portuária e se a Câmara tem abertura para aproveitar esta nova face da exposição que foi feita para realmente avançar com este conjunto de instalações então que são necessárias”. -----

O munícipe **António Moura**, explica que “é de Porto Covo, representa também uma associação de empresários em Porto Covo. Nesta que é uma das primeiras assembleias deste mandato, eu gostaria de os saudar a todos, julgo que temos órgãos autárquicos muito fortes, acho que Sines vai dar um salto grande em frente, mas gostaria também de sublinhar a importância de Porto Covo para o futuro do concelho. Fala-se sempre muito da indústria e do porto e às vezes esquecemo-nos desta parte pequenina que é Porto Covo, porque Porto Covo é hoje uma freguesia que funciona ao longo de todo o ano, com uma oferta qualificada assente na natureza, nos bons alojamentos, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

gastronomia, na qualidade de vida, mas persistem desafios que são próprios de Porto Covo, nomeadamente a forte sazonalidade que afeta a sustentabilidade das empresas que queiram estar abertas todo o ano, e esses desafios exigem articulação institucional e políticas ajustadas a esta realidade local. Porto Covo é uma coisa, Sines é outra. -----

Acreditamos que este mandato poderá ser marcado por diálogo, confiança mútua e uma aposta consistente neste Porto Covo como mais um ativo estratégico do concelho de Sines, e eu gostava de deixar o convite à senhora Presidente da Assembleia Municipal para reunir em Porto Covo com os empresários, sabendo que estão dispostos para colaborar de uma forma construtiva”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, diz que “antes de passar ao senhor Presidente da Câmara para responder, gostaria de agradecer em primeiro lugar os votos do Manuel Lança e as felicitações, e fazer a ponte com o que o Mário disse em relação à importância das pescas e dizer que uma das medidas e um dos objetivos também que gostaríamos de implementar no sentido de dignificar o trabalho e o papel da Assembleia Municipal é exatamente a promoção de alguns debates temáticos sobre temas que são do interesse do município e naturalmente a questão das pescas não pode deixar de ser uma das que merece estar no centro da nossa atenção. Portanto, será com certeza um assunto a debater ao longo do mandato, naturalmente também com a colaboração da Câmara Municipal”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos munícipes. “Em primeiro lugar, naturalmente agradecer as saudações, as felicitações, neste caso em particular ao executivo da Câmara e tentando aqui responder o mais telegraficamente possível e sem fugir a nenhuma questão. A questão do centro de saúde, sim, tenho conhecimento que há ali problemas, nomeadamente nas últimas chuvadas houve ali vários problemas, a água fica acumulada, penso que estamos a falar da mesma situação e naturalmente depois tem como consequência que os pisos fiquem danificados, porque a água fica lá, fica acumulada e o piso estraga-se muito mais rapidamente. -----

Quanto à questão do castelo, também já lá passei à noite, não só agora enquanto autarca, mas no passado e nem sempre gostei daquilo que vi, como é natural há situações ali que geram se calhar um sentimento de insegurança e isso é patente que aliás foi amplamente discutido aquando da campanha eleitoral e naturalmente que em primeira linha cabe sempre à Câmara, independentemente da Câmara Municipal não ter a responsabilidade de algumas áreas e a questão da segurança pública não é uma responsabilidade como todos sabemos das autarquias, mas cabe-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

nos a nós acompanhar sempre estes problemas e colocar a quem efetivamente tem responsabilidades da segurança, no caso aqui de Sines é a Guarda Nacional Republicana e não será seguramente o senhor comandante de posto, ou o comandante de destacamento que terá qualquer intenção de ter menos efetivo, ele seguramente quer ter sempre mais efetivo, isto depois tem a ver com uma matéria que é transversal ao país que é a falta de recursos nas várias áreas daquilo que se prende com o serviço público e a segurança é efetivamente uma matéria que deve ter muita cautela por parte de quem tem essa mesma responsabilidade e aquilo que vamos fazer, ainda não tivemos oportunidade de reunir com o comandante do posto e com o comandante de destacamento, mas fá-lo-emos em breve seguramente e iremos não só junto ao castelo, mas também noutras áreas, porque a segurança como já aqui foi referido e todos sabem Sines está num processo de transformação profunda, a expectativa é que virão para aqui viver muitas outras pessoas de muitas nacionalidades e como eu já tive oportunidade de dizer são todos bem-vindos se vierem por bem, se vierem com uma perspectiva de ajudar a crescer, mas sabemos que às vezes como em tudo na vida nem todos às vezes cumprem as regras, nem todos são cidadãos exemplares e a segurança é fundamental para em primeiro lugar passo a redundância, dar um sentimento de segurança, a presença da segurança, neste caso da GNR é fundamental por dois aspetos. Primeiro para nos dar segurança, uma sensação de segurança enquanto nós cidadãos e também para persuadir quaisquer tipos de episódios, de alguém que pense que está à vontade para fazer aquilo que lhe apetece, e essa é uma matéria que nós vamos seguramente ter muito presente. -----

Quanto à questão dos problemas da pesca e em particular da pesca artesanal que foi o senhor Mário que levantou, nós tivemos também a oportunidade durante a campanha eleitoral de reunir com os pescadores, temos uma perceção daquilo que são as dificuldades do setor da pesca, quase como sempre são sempre os mais pequenos que sentem os problemas de uma forma mais acentuada e efetivamente a pesca é um setor da economia muito importante para o concelho e que merece naturalmente uma especial preocupação por parte da Câmara, embora como foi dito a Câmara tem uma responsabilidade direta, mas também aqui nós queremos acompanhar e acho que uma matéria, eu vou reunir com o Presidente da APS, o Pedro Ó que eu já conheço há muitos anos e a questão da Docapesca que é uma concessão por parte do porto, eu estive lá duas ou três vezes durante o período pré-eleitoral e durante a campanha eleitoral e aquilo está, é um péssimo cartão de visita, não vou descrever aqui porque acho que todos vocês conhecem seguramente, mas naturalmente sendo uma concessão pública necessita de ter ali uma lavagem profunda, porque as casas-de-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

banho, quem lá foi não sei se tiveram alguma oportunidade de ir lá ver é uma coisa, eu que não sou católico, não sou religioso, aliás, é de bradar aos céus. -----

A questão de não ter o acesso à documentação na Associação Nacional de Municípios não é só nesta matéria, não sei porquê em várias matérias a Associação Nacional de Municípios disponibiliza apenas documentos aos associados, neste caso às câmaras, não sei a razão, confesso que nunca percebi, mas nós como temos acesso e não presumo que os documentos sejam reservados, nós temos todo o gosto em poder, porque duvido que a Associação de Municípios vá mudar isso, eu sei que já houve, já tem havido não pela questão da pesca, mas por outras matérias que as Câmaras têm levantado a questão e nós podemos levantá-la igualmente, mas nós podemos retirar informação e disponibilizá-la consigo com todo o gosto porque eu acho que ela não é de todo reservada. -----

Falta aqui, a questão de Porto Covo também tivemos oportunidade de a abordar, ainda esta semana estive lá com um empresário de Porto Covo com ideias muito interessantes e que seguramente depois até tive oportunidade de encontrar o senhor Presidente da Junta e tivemos oportunidade de os três podermos adiantar uma série de ideias e de projetos para concretizar no futuro e não tenho dúvida nenhuma que como já disse também por diversas vezes publicamente, que o turismo tem uma importância muito grande neste concelho. O concelho é marcadamente industrial, tem uma visibilidade para fora marcadamente industrial e nós temos que mudar esse paradigma que ele seja conhecido não apenas por estes grandes investimentos na área da indústria e do porto, mas também pelo turismo que já tem uma importância relevante e os empresários têm tido aqui um papel fundamental e essa associação que foi criada tem tido de facto uma grande dinâmica e até com esta proximidade ao poder político que é importante e naturalmente temos aqui uma matéria muito grande para levar para a frente e podem aliás contar connosco para percorrermos esse caminho de braço dado”. -----

B - Período Antes da ordem do dia

Neste ponto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta aos senhores deputados se há alguma questão que queiram ver abordada neste ponto. Depois, dá a palavra aos mesmos. -----

A deputada **Soraia Pereira** (do MAIS), refere que “relativamente ao anúncio do investimento da APS, cerca de noventa milhões de euros num novo cais com fins civis e militares, pode esclarecer por favor o senhor Presidente da Câmara que envolvimento teve o município de Sines neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

processo? Se houve articulação institucional prévia, e que impactos estão identificados para o concelho, designadamente ao nível do ordenamento do território e da relação porto cidade, e ainda no âmbito do observatório para uma transição justa e do fundo para a transição justa em Sines, a reunião em que esteve presente a 19 de novembro, pode indicar que projetos municipais estão aprovados ou em execução, os montantes envolvidos e a sua articulação com as grandes opções do plano, o orçamento e o planeamento do território, nomeadamente nas áreas da habitação, emprego qualificado e a fixação da população”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** (do MAIS), afirma que “queria começar por se dirigir a todos os eleitos, desejar um bom mandato. Espero que seja um mandato de muita discussão, de política, muito debate e muitas ideias apresentadas para encontrarmos as soluções que Sines precisa para os desafios que se atravessam nos próximos quatro anos. -----

Depois, dizer também que o MAIS e aqui dirijo-me sobretudo ao executivo e ao senhor Presidente da Câmara, está cem por cento disponível para trabalhar com este executivo para ajudar a encontrar essas soluções que Sines precisa, para apresentar ideias e para debater. Apesar da decisão de não dar pelouros aos vereadores da oposição, nós estamos prontos para ajudar, para trabalhar e estou a ver a senhora vereadora a rir, mas a questão é a seguinte. Os interesses dos eleitos do MAIS, os interesses das pessoas do MAIS são os interesses de Sines e no dia em que isso deixar de ser assim eu dou-lhe a minha palavra que eu sou o primeiro a sair. Por isso deixar esta nota de que estamos prontos para trabalhar. -----

Há algumas questões que eu quero apresentar ao senhor Presidente da Câmara. Em relação às obras que tenho visto que tem acompanhado, queria perguntar-lhe qual é que é o estado das obras que estão a decorrer? Posso nomear algumas como o jardim das Descobertas, pavilhão dos desportos, a avenida D. Pedro I, a estação elevatória de águas residuais do Encalhe. As obras que estão a decorrer em Sines qual é o estado e se as datas que estavam previstas estão a corresponder e se consegue dar uma data, uma previsão de quando é que estas obras estarão concluídas. -----

Depois, perguntar também em relação à grave situação laboral que tem acontecido, ou que aconteceu recentemente no terminal XXI, eu confesso que não sei ao certo o que é que aconteceu, tudo aquilo que eu ouvi foi de pessoas que eu conheço e que trabalham naquelas empresas, mas eu não estou lá, sei que houve um pré-aviso de greve por parte do sindicato. Qual é que é a situação, o que é que está a acontecer, quais é que são as reivindicações das empresas e do sindicato e se o Presidente da Câmara e o executivo estão a ter alguma ação relativamente a esta situação. E para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

terminar lançar também aqui um desafio que tem a ver com uma coisa que acabou na altura do executivo do Partido Socialista com o Presidente Nuno Mascarenhas que é a receção à comunidade educativa, e isto era um dia importante no que diz respeito à receção dos professores na nossa cidade, muitos deles que vêm de fora e que não conhecem ninguém e era um dia que a Câmara proporcionava a estes professores, a estes profissionais para os integrar na nossa cidade, em que lhes dava a conhecer um pouco da nossa terra e que depois terminava com um jantar entre todos os professores e a Câmara e eu acho que era interessante voltarmos a ter isto que se faz em vários municípios e que infelizmente em Sines se perdeu e acho que era algo bom de continuar”. -----

A deputada **Mónica Venturinha** (do MAIS), diz que a sua questão prende-se com o seguinte: “Foi tornado público o convite dirigido ao Primeiro-Ministro para visitar Sines e conhecer no terreno os principais desafios do nosso concelho. Gostaríamos de saber se este convite já obteve resposta e em caso afirmativo que desenvolvimentos ou compromissos concretos daí resultaram, ou se perspetivam, designadamente nas áreas da habitação, infraestruturas e resposta dos serviços públicos”. -----

O deputado **Rui Silva** (do Chega), refere que traz ali “uma recomendação, porque ele acha que... para já todos os pontos que nós temos em Sines para enfrentar são urgentes, mas eu trago aqui dois que para mim carecem de muita urgência, e o primeiro ponto é: «Venho por este meio recomendar a colocação de lombas redutoras de velocidade na via situada em frente ao restaurante Barranca, situada na estrada 261-3. Uma vez que se trata de uma zona de elevada circulação pedonal, ao anoitecer a visibilidade do local torna-se praticamente nula, e que representa um sério risco para a segurança dos peões e têm ocorrido por diversas vezes situações de quase atropelamento de transeuntes na passadeira existente, colocando em perigo a integridade física de quem ali circula. A implementação de lombas devidamente sinalizadas e acompanhadas de reforço de sinalização vertical contribuirá significativamente para a redução da velocidade dos veículos e aumentando a segurança rodoviária e prevenindo possíveis acidentes. -----

Face ao exposto, a bancada do Chega presente na Assembleia Municipal de Sines solicita a avaliação urgente desta situação e adoção das medidas necessárias para garantir a segurança de peões e condutores». -----

O ponto dois para mim carece exatamente da mesma urgência e todos nós sabemos, é a solução para a associação 4 Patas. Venho apelar ao atual executivo na solução urgente da associação 4 Patas. O local onde estão instaladas as condições são simplesmente miseráveis, tanto para os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

animais, como para os voluntários que lá trabalham com tanta dedicação e amor. Um problema ignorado pelo anterior executivo e que carece de uma solução urgente e muito rápida, que para mim era para ontem”. -----

O deputado **Ricardo Baltazar** (do PS), diz que quer “deixar só uma nota, uma palavra de apreço aos trabalhadores da autarquia por mais um ano terem feito um excelente evento de Natal, um excelente mercado de Natal, o que comprova que ano após ano se conseguem exceder, desenvolver uma excelente atividade que é um exemplo já para todos, que é visitado por todos, não só sineenses e portocovensenses, mas também dos concelhos vizinhos. Portanto, queria deixar essa palavra de apreço, acho que é um evento que devemos continuar a manter, este nos próximos anos e nos seguintes”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “A questão do anúncio que o senhor Presidente da APS fez sobre a questão do novo cais também para fins militares, pronto, eu vou ter uma reunião com ele na segunda-feira dia 22, em que vamos abordar um conjunto de assuntos, porque são duas entidades que têm jurisdição sobre o território que é uma particularidade que poucos concelhos têm a nível nacional e onde esse tema vai ser, eu li com cuidado as declarações do senhor Presidente, de uma forma informal já o abordei, embora pronto ficámos então de avaliar no concreto nessa reunião que vai ocorrer segunda-feira. Aquilo que eu percebi, isto é só da minha, é a leitura que eu faço, não apenas aqui, mas também noutros investimentos no país e que como é sabido e é público está em curso a reestruturação do programa comunitário, no atual quadro comunitário a nível da Europa e onde a questão de financiamento para a área militar passou a ser uma prioridade. Pronto, isto é uma opção, quem decide estas coisas é em Bruxelas ou em Estrasburgo, eu sou daqueles que obviamente sou frontalmente contra e eu acredito que à boa maneira portuguesa e repito, isto é apenas uma leitura minha, que alguém já esteja a pensar como é que havendo necessidade de fazer uma obra a possamos financiar dando-lhe ali um embrulho nesta perspetiva. Pronto, não sei se é o caso, mas admito que possa ser e aquilo que também informalmente, de pessoas que obviamente acompanham estas matérias, o que me disseram aqui é isso, faz-se a obra, ela fundamentalmente terá fins civis como é natural e se houver de hoje para amanhã uma necessidade de vir aí um barco militar, ele depois também tem a possibilidade de atracar aqui no porto de Sines, se houver uma situação de guerra e naturalmente que aí ganha essa importância, mas também todos sabemos que se houver uma situação de guerra há um estado de emergência e todas as infraestruturas públicas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

podem passar a ter fins militares, desde uma escola a tudo. E por isso nestas coisas gosto de ser prudente e nós até podíamos ter logo aqui uma arma de arremesso político, mas não, vamos com serenidade, vamos avaliar o que é que está em causa e por isso numa próxima Assembleia Municipal seguramente eu depois poderei dar-lhe mais informação após esta reunião que como disse vai ocorrer na segunda-feira. -----

Quanto à questão do fundo de transição justa, pronto a questão se calhar não foi colocada da forma... vamos lá ver, o fundo de transição justa foi um fundo que a Comissão Europeia definiu para a Europa numa perspetiva de compensar os territórios pelo facto de haver uma transição energética que é um desidrato da própria comissão e que leva inevitavelmente ao encerramento de algumas unidades empresariais, a questão das minas, a questão de indústrias poluentes. E o caso aqui foi a central termoelétrica de Sines, e então a Comissão Europeia definiu um fundo, cerca de noventa e oito milhões de euros para compensar esta circunstância. O fundo não é só para Sines, é para o Alentejo Litoral que tem mais de cinco mil quilómetros quadrados e também é sabido e várias vezes, como todos sabem eu fui Presidente da Câmara de Santiago aqui ao lado, a questão social do desemprego das pessoas que ali trabalhavam centrou-se fundamentalmente entre Sines e Santiago e dentro de Santiago em particular em Vila Nova de Santo André, que são uma grande parte dos trabalhadores que aqui trabalham residem lá. Por uma questão de solidariedade, porque isto em termos de fundos comunitários funciona em termos de NUTS e a NUT aqui é o Alentejo Litoral e para aqui o fundo veio para aqui, também há mais duas regiões na zona do Carregado onde também fechou a central e depois Matosinhos onde fechou a refinaria, pronto. A compensação foi feita e foi-nos sempre vendida e com irredutível. Aliás, numa primeira fase não havia verba nenhuma para o público, era tudo para os privados. Depois de muito batermos o pé, as cinco câmaras, a CIMAL que são as cinco câmaras lá conseguimos cerca de dezassete milhões e meio para as autarquias e o que foi definido era para uma coisa designada de mobilidade suave e todos nós perguntámos, mas o que é que é isto de mobilidade suave, como é que se compensa? E depois de muita insistência lá nos disseram que eram os autocarros elétricos para transportar os trabalhadores, vejam bem entre Alcácer e Odemira. Isto depois não foi consensual dentro da CIMAL, mas por acaso tanto o anterior Presidente da Câmara de Sines, como o anterior Presidente da Câmara de Santiago nós estivemos sempre muito, díganos de acordo sobre esta matéria. Nós não queríamos autocarros nenhuns, nunca quisemos autocarros nenhuns, eu próprio numa iniciativa que houve em Bruxelas, em que foram as CIM todas do país e em que o Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

CIM não pôde ir e eu fui como primeiro Secretário e onde tive uma conversa até extremamente desagradável com a então Ministra da Coesão que agora é minha colega, que é Presidente da Câmara de Coimbra, a Abrunhosa e com a Comissária Europeia que é portuguesa que tem este pelouro, porque nós fomos eleitos para defender a população. Explique-me lá como é que um autocarro, dezassete milhões a dividir por cinco, quantos autocarros é que dão e quem é que paga aos motoristas, quem é que paga a manutenção, onde é que eles ficam quando houver uma avaria quem é que os repara, e por isso nós dissemos que não queríamos de facto autocarros, e até dissemos mais. Felizmente há muitas empresas no complexo industrial de Sines que até dão transporte aos trabalhadores, e mais, nós entramos em concorrência com uma concessão que a própria CIMAL dá através de concurso público, neste caso à rodoviária do Alentejo, que até do ponto de vista legal nós temos muitas dúvidas que a rodoviária a seguir não vá, «então, nós estamos a pagar uma concessão e agora vocês estão-nos a fazer concorrência diretamente, a transportar trabalhadores»? Isto foi evoluindo e em determinada altura, que é o que está agora em cima da mesa, já pode ser também para infraestruturas de mobilidade. Também é uma coisa muito abrangente e muito subjetiva e posso-vos dizer que neste momento há um compromisso de reestruturação como eu já referi há pouco a propósito das questões lá do militar que é normal, os programas comunitários levam sempre uma reprogramação normalmente a meio do quadro e neste momento o fundo de transição justa também está a ser alvo dessa mesma reprogramação, poderá haver dinheiro para outras áreas, nomeadamente para a habitação, parece que há um fundo, dos tais noventa e oito milhões haverá mais quinze milhões e meio para as autarquias para a habitação, isto é sempre a dividir por cinco de forma igual, significa que a Câmara aqui poderá ter três vírgula um milhões de euros para a habitação e respondendo mais concretamente à questão do que é que está, foi aberto um aviso há precisamente uma semana, quinta-feira passada, até em dia de greve, abriu um concurso para as tais infraestruturas de mobilidade e nós queremos ir a jogo. Ainda hoje estivemos a ver isso e, aliás, estive a ver isso com o Secretário executivo da CIMAL, o fundo e sobretudo estamos a falar de seis milhões de euros, daquilo que eu sei, se calhar nós aqui em Sines podemos ter a maior maturidade, que é muito importante nas candidaturas ter maturidade, e vamos candidatar. Para já, autocarros não queremos, que fique bem claro. Mas estas infraestruturas de mobilidade queremos e a questão da habitação, a concretizar-se a reprogramação, naturalmente também queremos aproveitar. Hoje tivemos aqui uma reunião de manhã com o senhor Ministro da Educação que poderá, eventualmente, este fundo de transição justa financiar um desiderato que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

nós temos que é a instalação aqui de uma escola superior do Politécnico de Setúbal, pelo menos uma parte e depois estava aqui a responsável técnica pela gestão deste fundo e que nos transmitiu que esta reprogramação ainda não sabemos como se vai desenvolver, uma vez mais está atrasada, mas que poderá vir eventualmente a ter uma nova reprogramação, porque ela está focada para as PME e não há massa crítica para gastar o dinheiro. Não há massa crítica para gastar o dinheiro e eu até tive oportunidade de dizer, «Passem o dinheiro para as câmaras municipais que nós, embora por exemplo a Câmara de Sines até agora ainda não tenha apresentado nenhuma candidatura a fundo comunitário no âmbito do pacote que tem da CIMAL, queremos mudar claramente isso» e neste mês e meio já estamos a trabalhar arduamente para que isso mude completamente. Se houver uma divisão de fundos em que as autarquias tenham um reforço, naturalmente que nós podemos chegar a outras áreas.-----

Agora, mais telegraficamente, há aqui coisas que eu obviamente, estando aqui há um mês e meio, mas mesmo que já estivesse cá há onze anos e meio, como devem de imaginar, não tenho tudo de cabeça. Sobre esta questão da monitorização das obras, o que eu proponho é que o senhor deputado faça um requerimento a pedir a informação exata. Aquilo que lhe posso dizer é que a sensação que tenho é que as obras estão muitas delas com atraso, outras não têm atraso. O exemplo mais mediático da tal rotunda não tem atraso na obra, legalmente não está com atraso. Isto pode ser surpreendente, mas não está atrasada. A obra esteve suspensa porque houve situações de erro de projeto em que o empreiteiro não é responsável e a Câmara parou a obra para tentar ultrapassar a situação e teve que parar, acho eu, mais de dois meses, e a responsabilidade não é do empreiteiro. A questão da receção à comunidade educativa é algo que nós queremos fazer, acho que é justo. Aqui no concelho vizinho nós fazíamos-lo e eu acho que é justo, pode ser um modelo diferente, não ser um jantar. Nós este ano quando chegámos, a comunidade educativa já estava instalada, se é uma receção tem que ser realizada antes.-----

Eu acho que havia uma outra questão, o terminal XXI. Eu tenho um princípio que é tentar procurar a informação, mas nós não nos imiscuímos naquilo que é a vida das instituições, sejam empresas, sejam associações. Acompanhamos, percebemos, vocês sabem que, se há coisa que esta força política tem, é o facto de estamos sempre do lado dos trabalhadores, por princípio. Às vezes podem não ter sempre razão, mas, por princípio, acompanhamos estas situações. Sei que isto é complexo, que existem dois sindicatos e que os próprios sindicatos nem sempre estão alinhados na mesma posição. Também sei que a atual administração ou direção da PSA tem uma posição também rígida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

– pelo menos é o feedback mais frequente –, muito rígida relativamente a estas matérias que são reivindicações de trabalhadores e que me parecem claramente justas. Por isso, tendo em conta que o porto de Sines é o maior porto nacional, as implicações da greve têm impactos nacionais, nomeadamente até no PIB e, obviamente, nas exportações. Isto preocupa naturalmente o Governo, e nós vamos acompanhando a situação. Tenho também agendada uma reunião com a – não sei se diretora ou administradora – da PSA, que quer conversar comigo. O que vos quero transmitir é que estamos aqui há um mês e meio e ainda não tivemos descanso nenhum. Os assuntos são muitos, as pendências são inúmeras, e há questões que consideramos prioritárias, porque fazem parte das nossas competências e são a primeira responsabilidade que temos de assumir. Naturalmente, contamos também com pessoas que nos vão transmitindo informação, que vamos acompanhando. Quanto à questão do convite ao Primeiro-Ministro, que a Mónica Venturinha levantou, ainda não obtivemos resposta ao convite. Mas, como sabemos, houve recentemente o período de discussão do Orçamento, e também sei que o senhor Primeiro-Ministro tem o país inteiro para gerir. Nós, aqui à nossa escala — e desculpem-me, mas eu próprio não consigo reunir com toda a gente — compreendemos que ele também tenha a sua agenda, numa dimensão muito maior do que a nossa. Hoje esteve aqui o Senhor Ministro da Educação, como eu já transmiti, e manifestei-lhe as nossas preocupações em várias áreas, porque têm a ver com as respostas dos serviços públicos que se vão agravar completamente, para além da questão da habitação, que é talvez a mais preocupante, mas também relativamente à escola. E eu próprio disse-lhe que as escolas têm de ser pensadas para o futuro. Visitámos a escola secundária há duas semanas, e a diretora — não sei se está lá há oito ou nove anos, a professora Paula Lopes, que foi Presidente da Assembleia Municipal em Santiago, como alguns saberão — explicou-nos que, quando eu vim para aqui, a escola tinha quatrocentos e tal alunos e agora tem setecentos e tal. É, de facto, um crescimento de cerca de cinquenta ou sessenta por cento numa década, o que é muito. Já existem alunos do ensino especial a frequentar espaços improvisados, antigos balneários, e eu acho que tem de haver um caminho diferente. E que fique bem claro — e já aqui foi dito, e bem — que, independentemente das forças políticas presentes, aquilo que nos une é o bem de Sines. Espero que essa forma de ver as coisas se mantenha sempre. A Câmara Municipal de Sines está longe de ter condições financeiras para resolver todos estes problemas, e nunca terá. E também é importante esclarecer que, ao contrário do que muita gente pensa, a Câmara não é rica. O próprio Senhor Ministro, hoje, quando começou a conversa, falou dos impostos que as empresas pagam. Mas, como disse há dois ou três dias, a Galp não paga



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

impostos aqui há dois anos. Não paga um cêntimo de derrama, para além daquele protocolo que tem para apoiar associações. A Repsol também não paga um cêntimo. É importante termos consciência disto, porque estas empresas trazem naturalmente emprego, mas também deveriam ter uma responsabilidade social muito maior, porque criam aqui uma pressão enorme, sobretudo sobre quem vive na cidade. E isso foi muito evidente quando estivemos nas ruas em campanha pré-eleitoral: as pessoas queixavam-se que começam a ficar contra o investimento — algo que, à partida, é muito positivo, porque cria emprego —, mas depois dizem: «Tinha uma casa que custava cem, agora custa duzentos; ia almoçar ao restaurante e pagava dez, agora pago vinte.» As pessoas começam a sentir que, em vez de beneficiar, isto lhes começa a criar problemas. -----

Quanto à questão das lombas, quando entro por aquela zona, também já pensei nisso. A verdade é que não existem passeios e toda aquela zona está muito abandonada. Precisa claramente de melhores condições de mobilidade para as pessoas, e isso cruza-se, naturalmente, com a questão das lombas. Passam ali muitos camiões e veículos pesados que, por vezes, circulam a alguma velocidade. Se tiverem de parar, muitas vezes não conseguem. Com uma lomba, pelo menos, seriam obrigados a circular mais devagar. Portanto, é algo que iremos seguramente ter em consideração no futuro. -----

A Associação 4 Patas é um drama. Estava agendada uma reunião com a vereadora esta semana, mas, por circunstâncias várias, não foi possível realizá-la. No entanto, já está reagendada. É, de facto, um drama. Nós estivemos lá também enquanto candidatos — eu já conhecia a situação por relatos, porque tinha amigos que lá tinham ido buscar ou entregar gatinhos —, e aquilo, sinceramente, é uma vergonha para todos nós enquanto sociedade. Aliás, como a senhora Presidente da Junta referiu, abordámos esse assunto durante o congresso. Na viagem fomos também discutindo temas importantes. O espaço é completamente inadequado. O logradouro é exíguo, não há condições nenhuma. Estamos já a tentar perceber qual poderá ser a melhor solução. Já se falou num espaço alternativo, que também está longe de ser o ideal, mas que, numa fase transitória, poderia minimizar os problemas. Garanto-lhe que estamos claramente sensibilizados e empenhados em encontrar uma solução. -----

Quanto à questão da felicitação dos trabalhadores pela Feira de Natal, nós acompanhamos plenamente. -----

O deputado **Augusto Filipe** (da AD), diz que “não estava a pensar em intervir, mas como se falou do terminal, queria dar ali alguma ajuda ao assunto. O que está aprovado foi aprovado em 2023,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

portanto penso que não encaixa ainda na obrigatoriedade do grande aumento com a despesa militar. O projeto é de 2023. Se houver um segundo projeto para a ampliação, esse, sim, poderá ser enquadrado nessa rúbrica. -----

Em relação à parte militar, eu tomei nota, só para dizer às pessoas, ainda há cerca de quinze dias atrás estava um navio militar italiano aqui em Sines e penso que se calhar, não sei se alguém deu por isso, alguém que trabalhe na área ou não, mas esteve. Como o senhor Presidente disse que ia ter uma reunião com o Presidente da APS, eu gostaria de lhe pedir uma coisa simples, mas que penso ser muito importante para os sineenses. Nós temos uma grande afetividade com o Moinho dos Chãos. A pedreira está praticamente em cima dele e, julgo que na semana passada, o moinho estava emparedado, como acontece nalguns prédios. Entretanto, alguém já partiu aquilo, já entraram lá dentro. O espaço tem muita madeira, tem as mós lá dentro, tem tudo. -----

Acho que seria muito mau perdermos aquilo, até porque já temos perdido tanta coisa. Perdemos o Pontal... Enfim, não sei o que mais é que já não perdemos em Sines. -----

Em tempos houve um projeto, julgo eu, para o retirar dali e levá-lo para outro local. Penso que isso é tecnicamente possível e que não representará um custo significativo, sobretudo quando comparado com os noventa milhões e com os dez mil milhões. -----

Portanto, peço-lhe que intervenha nessa matéria. Era só isso, porque a conversa tem sido agradável, mas temos um orçamento para discutir — por isso, vamos ver se avançamos um bocadinho. -----

O deputado **Gil Gonçalves** (do MAIS), diz ao senhor Presidente que sabe que ele só está há um mês e meio, “mas ele vai insistir ali mais uma vez em duas questões. A primeira é a do terminal em que o Senhor Presidente disse que a administradora da PSA queria reunir consigo por causa desta situação. Essa justificação de que a Câmara não se imiscui nas empresas e nos sindicatos aqui não serve, porque o Presidente da Câmara, no território de Sines, deve ser o principal mediador quando existem problemas desta dimensão — não só para a cidade, mas para o país, como disse, pois afeta o PIB. Eu não sei exatamente qual é a situação e pedia que nos explicasse: estão a entrar contentores? Estão a sair contentores? Não estão? Qual é a situação entre as empresas e os sindicatos? E quais são as reivindicações que estão em cima da mesa? Eu acho que não devia ser a presidente da PSA a querer reunir consigo; devia ser o Presidente da Câmara a tomar essa iniciativa.-----

Em relação às obras, eu sei que está há um mês e meio no cargo, mas queria perguntar-lhe se hoje alguém vai para casa a saber uma data para a conclusão de alguma destas obras. Se me souber



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

dizer uma data de conclusão de pelo menos uma delas, já seria bom, porque vamos estar aqui uma noite inteira e ao menos levaríamos alguma coisa desta Assembleia. -----

Eu sei que o empreiteiro pode não ter culpa, mas os munícipes que têm a estrada cortada também não têm. Também sei que vocês agora abriram a estrada.”-----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados, começando por “responder aqui já à última questão. Os concursos são públicos, a informação é pública, estão lá os prazos todos, se os puder consultar. Os prazos estão definidos nos cadernos de encargos, são públicos e eu próprio também não os conheço, mas se os quiser conhecer, não sendo Presidente da Câmara, podemos consultar. E o que eu disse é que os senhores deputados têm o direito todos à informação e, por isso, era o que faltava eu agora ter a informação toda de cabeça. Tenho mais do que fazer do que andar a fixar agora a data exata de qualquer concurso público, porque a Câmara não se cinge só aos concursos públicos. Por isso, o senhor deputado, eu já lhe disse, através da mesa, que é uma coisa que está na lei, peça a informação e nós responderemos. Era o que faltava o Presidente da Câmara ter tudo de cabeça relativamente a quando é que termina o contrato da prestação de serviços do contrato A, da limpeza urbana, seja daquilo que for, não é? Não vai seguramente durante os quatro anos que nós aqui vamos estar, pelo menos, não lhe vou, se calhar, muitas vezes dar esse tipo de informação se o perguntar sempre. -----

Quanto à outra questão, não nos vamos imiscuir nunca como eu não quero que a PSA se imiscua naquilo que é a gestão da Câmara. Aquilo que eu lhe disse é que a senhora Presidente da PSA, assim que tomámos posse, pediu para conversar connosco, o que é natural. As pessoas querem conhecer-nos, querem relacionar-se connosco; não é agora o Presidente da Câmara que tem de fazer o contrário. Essa é uma visão das coisas muito... não vou adjectivar. Já percebi o alcance da sua pergunta. Nós vamos dialogar com todos. Queremos dialogar com os trabalhadores, já reunimos com o sindicato e reuniremos seguramente em breve com a senhora presidente, penso que administradora ou diretora da PSA. Sendo certo que nós vamos acompanhar a situação, estamos atentos e percebemos que, neste momento, salvo informação em contrário, não estamos num período de greve. Estão a entrar... não sei se hoje estão a entrar contentores ou não. Por acaso, disseram-me que hoje estavam a entrar muito poucos contentores, ou quase nenhuns. Não sei se isso tem a ver com o fenómeno da greve ou com outra razão qualquer. Mas o que é certo é que acompanhamos tudo isto, porque tudo o que acontece dentro do município de Sines naturalmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

nos diz respeito. Agora, não nos imiscuímos na vida interna de outras organizações. Nunca deixaremos de dar a nossa opinião, como é natural, mas não vamos dizer às pessoas o que devem ou não devem fazer, tal como eu não quero que o Governo, que gere o país inteiro, aceite que algum Primeiro-Ministro, ministro ou secretário de Estado venha dizer-me a mim como é que devo gerir a Câmara. -----

A questão, foi mais um comentário do que uma pergunta. Certo? A questão do Monte de Chão, curiosamente hoje um técnico da Câmara alertou-me para essa questão”. -----

C - Assuntos da ordem do dia

A senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos** (do MAIS), informa que “a mesa recebeu o pedido para inclusão na Ordem do Dia de uma moção por parte do grupo municipal da CDU, para integrar na Ordem do Dia uma moção relativamente à revisão do código do trabalho. Tendo em conta que este pedido de inclusão na Ordem do Dia foi recebido já fora de prazo e que já tinha sido inclusivamente distribuída, enviada a Ordem do Dia aos senhores deputados e a respetiva documentação, ela não pôde ser diretamente integrada e, portanto, o que nós propomos é votar a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos de hoje, sendo que em caso de votação favorável à inclusão, este ponto passará a ser o ponto sete desta nossa Ordem do Dia e, portanto, sem mais delongas eu colocava à votação dos senhores deputados se aceitam a integração deste ponto na ordem de trabalhos.” -----

A inclusão da moção foi votada e aprovada por maioria, com 8 votos a favor da CDU, 6 votos a favor do MAIS, 5 votos a favor do PS, 3 votos contra do PSD e 1 voto contra do CHEGA, tendo sido aditado um ponto à Ordem de Trabalhos (ponto 7). -----

Ponto 1: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara para definição da participação variável no IRS para o ano 2026. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos** (do MAIS), pede ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para fazer a apresentação deste ponto, dando-lhe a palavra. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, diz que “como penso que é de conhecimento de todos, de acordo com o enquadramento legal que existe os municípios têm a possibilidade daquilo que tem a ver com uma participação variável do IRS até cinco por cento dos sujeitos passivos que têm domicílio fiscal, neste caso naturalmente aqui em Sines, do concelho de Sines, poder devolver essa percentagem. Penso que a informação terá chegado a todos, mas se a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Câmara tomasse a opção de devolver o máximo, a Câmara abdicaria de uma receita de um milhão trezentos e trinta e seis mil euros quatrocentos e setenta e sete e depois vai obviamente diminuindo. Consoante a taxa, vai diminuindo e eu tenho dito isto muitas vezes, porque já foi muitas vezes discutido, só para todos termos noção esta medida que foi tomada aqui há uns anos atrás e que foi incluída na lei das finanças locais. Todos têm noção que o IRS, de acordo com a lei, de acordo até com os princípios da Constituição da República Portuguesa, é um imposto progressivo e que tem como objetivo fazer justiça social. Significa que aqueles que mais ganham, pagam mais, porque percentualmente pagariam se houvesse uma taxa única de dez por cento, naturalmente quem ganha mil paga mais do que quem ganha cem, se aplicarmos os dez por cento. Mas aquilo que está estipulado na lei é que há uma taxa progressiva em que o esforço de quem mais ganha, a taxa vai aumentando. Com esta possibilidade em que não está previsto qualquer elemento progressivo, na nossa opinião, isto desvirtua claramente aquilo que é o princípio constitucional, e na altura quando discutimos isto na reunião de Câmara até não invoquei este argumento, mas se formos ver a base que levou à aplicação deste princípio era muito para incentivar, nomeadamente os municípios do interior a captar pessoas a viverem para os seus territórios, porque tinham aqui um benefício fiscal. Então, era a forma de atrair pessoas. Como todos nós sabemos, o que Sines neste momento não precisa é de atrair mais pessoas, porque aquilo que está em cima da mesa, como já há pouco falámos, está a haver um problema. Por isso, esse primeiro argumento, na nossa opinião que esteve muito na base da feitura da lei, aqui de todo está em causa e depois nós sabemos que neste momento fazem-se, porque o rendimento de IRS não é só do trabalho. O trabalho é a generalidade dos trabalhadores, mas os seus rendimentos provêm quase na esmagadora maioria cem por cento do seu rendimentos de trabalho. Mas há alguns também que têm a ver com os rendimentos prediais, pessoas que têm algum património e que vendem e neste momento com muitas mais-valias e eu no outro dia até me enganei, porque nós estamos a falar de cinco por cento e alguém que possa ter um rendimento de um milhão de euros, o município prescindiria de cinquenta mil euros se devolvesse os cinco por cento só para essa pessoa que já teve um lucro imenso numa venda altamente especulativa e é disto que nós estamos a falar. Em Santiago fez-se um estudo sobre o que é que representava isto do ponto de vista financeiro através dos dados do INE e chegou-se à conclusão que pessoas que tinham rendimentos, as primeiras faixas etárias, as faixas das pessoas que mais ganhavam aquilo foi dividido, os dez por cento ganhavam menos, depois até vinte, depois até trinta, até quarenta e até a totalidade que era cem, mas sempre intervalos de dez por cento, e os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

primeiros vinte ou trinta por cento não receberiam um cêntimo. Depois até mais ou menos aos cinquenta por cento a maioria do que recebia variava ali entre dez, doze, treze euros e oitenta por cento do valor que era devolvido era para os vinte por cento dos que mais ganhavam. E eu acho que isto é de uma injustiça social grande. Eu sei que isto é uma questão política que nos divide em muito, mas eu acho que isto é de uma injustiça tremenda do ponto de vista social. Mais ainda com um concelho com tantos problemas, tantos problemas que tem para resolver, a Câmara Municipal abdicar de uma receita se fôssemos para os cinco por cento de um milhão trezentos e trinta e seis mil euros para entregar oitenta por cento deste valor, aqui não sei se isto se aplicaria, mas não andará muito diferente dos estudos. Em Lisboa também se fez e era muito idêntico para entregar aos vinte por cento que mais rendimentos têm no concelho, isto é subverter claramente aquilo que é um princípio de justiça social e por isso a nossa proposta é de não haver devolução nenhuma e tendo em conta que a Câmara tem tantos problemas para resolver e que precisa de facto de recursos para os resolver. Se fosse uma Câmara que se calhar nadasse em dinheiro até podíamos admitir uma solução diferente. A nossa proposta é esta”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** (do MAIS), sobre o IRS refere que “já tinha lido a entrevista que deu à agência Lusa a dizer que o IRS era uma medida injusta. E eu agora ouvi a sua explicação e eu confesso que continuo a não perceber como é que o IRS é um imposto injusto. Portugal que já é um dos países da Europa com maior carga fiscal, Portugal que é o recordista de escalões de IRS, nós temos nove escalões de IRS, portanto é o IRS mais progressivo da Europa, não há nenhum outro país na Europa que tenha nove escalões. Nós já pagamos uma carga de impostos e eu não tenho nada contra pagar impostos e acho muito bem pagar impostos quando eles são bem aplicados, sem dúvida. Agora, como é que o IRS em Portugal com novos escalões, não me faz sentido essa justificação, isto para mim é andar para trás, porque isto acho que até é algo simples. As pessoas descontam uma parte do seu trabalho todos os meses e ao final do ano o Ministério das Finanças aquilo que faz é dizer, «bom, se as pessoas descontaram a mais vão receber uma parte e se pelo contrário descontaram a menos até vão ter de pagar do IRS para fazer esse acerto». Portanto, como disse, quem ganha mais desconta mais, quem ganha menos desconta menos. Temos o IRS mais progressivo e há outra questão aqui do IRS que é ainda mais importante: os sineenses sabem que vão pagar mais IRS com o seu executivo? Porque eu lembro-me que durante a campanha vi o vosso programa eleitoral e eu não me lembro de ver nada que indicava que iríamos ter um aumento de IRS, que os sineenses iam pagar mais IRS. Nada nas políticas fiscais, nada na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

vossa comunicação, nos vídeos, nada. E agora? Esta é a pergunta que eu deixo. Os sineenses sabem ou não sabem que com a CDU iam pagar mais IRS em Sines? Pronto, é isto que tem de ser dito, e depois essa conversa que o IRS é uma medida injusta, isso não me convenceu, peço desculpa. É só isso e vamos votar contra”. -----

A deputada **Vânea Cruz** (do PS), afirma que “antes de mais quer felicitar todos os eleitos que ainda não tinha tido oportunidade de o fazer e desejar a todos um ótimo trabalho, que façamos o melhor para Sines. Relativamente a este ponto, o ponto um, no que diz respeito à proposta de participação variável do IRS para o ano de 2026, não temos necessariamente nenhuma questão sobre este. No entanto, gostaríamos de deixar algumas considerações para o debate. Não compreendemos a proposta de aplicação desta taxa máxima de cinco por cento do IRS. No contexto atual não há dúvida que esta receita de IRS é relevante sim. No entanto, a aplicação de taxas máximas só é razoável quando o município se encontra em situação de rotura financeira, consideramos nós. -----

Este ano pelo que sabemos o município passa por um saldo de gerência superior a cinco milhões de euros e com indicadores considerados saudáveis com a taxa de três vírgula setenta e cinco por cento que se encontra em vigor atualmente e que isto significaria abdicar pouco mais de trezentos mil euros de receita. Este é um valor equilibrado e razoável, esta taxa de que falo, que permite uma receita considerável sem a necessidade de aplicar taxas máximas às famílias.-----

No nosso entender não há fundamentação razoável para esta alteração, é apenas uma opção política, consideramos assim que apesar de legítima nós, Partido Socialista não acompanhamos. Senhora Presidente de mesa, nós temos uma declaração de voto e gostaria de, se possível, partilhar depois da votação”.-----

O deputado **Augusto Filipe** (da AD), diz que em relação a esta matéria, “parece que o município não é tão rico como isso, ou é rico porque foi vendendo património de todos nós, porque senão era pobre e bem pobre. Há anos e anos que gastamos mais do que aquilo que temos, parecemos aqueles fidalgos ricos que quando se acabam as casas não perdem o estilo e continuam a querer fazer uma vida faustosa. Portanto, o que lhe digo senhor Presidente, o PSD ir-se-á abster, confiamos no seu bom senso e que vai ser um bom guardião e que saberá utilizar esse dinheiro muito bem utilizado caso isto passe. Percebemos a surpresa, porque as eleições foram há muito tempo e julgo que este tipo de matérias deveriam ter sido comunicadas aquando da campanha, porque passado três meses fazer um aumento de impostos não cai muito bem a ninguém. É só isso”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “Eu primeiro, com todo o respeito está aqui um grande equívoco, isto não há aumento nenhum de impostos, vamos lá a ver se somos claros. A Câmara, de acordo com a lei das finanças locais e com aquilo que é um enquadramento das competências legais das autarquias, é financiada por um conjunto de participação dos impostos. Há uma fórmula que define em função de várias variantes que a Câmara tem, para exercer as suas competências tem que ter receitas e depois já lá vou à questão da venda do património. Esta lei o que veio dizer foi o seguinte. Os municípios que queiram podem prescindir de uma parte daquilo que é o financiamento do estado e isto para já subverte logo um princípio que é assim, o estado não devolve, o estado também podia fazer isto para ele, não é? Não, mete em cima das autarquias à conta daquilo que é uma receita das autarquias. Que fique bem claro, se houver alguma dúvida vão ler a legislação, daquilo que é uma receita por direito legal das autarquias e por isso repito, não há aumento nenhum de imposto. Tem a ver com uma verba que por lei é das autarquias para responder àquilo que são as suas competências legais, mas que o estado, por exemplo, podia reduzir para ajudar as famílias todas, bastava fazer uma medida que era reduzir o IVA da eletricidade para seis por cento e atingia toda a população. Não, criou uma medida que foi dizer assim, «olhem, os senhores das Câmaras, se os senhores quiserem isto é uma forma de incentivar pessoas, digamos para concorrência entre territórios». Quem se calhar baixar prescinde desta receita, as pessoas vão pagar menos impostos e se calhar vão-se fixar. A sua opção de viver podem passar para o lado, porque há aqui um «benefício fiscal». Só que esta medida, como eu já vos disse, atinge fundamentalmente quem mais ganha. Por isso é que eu digo que isto é socialmente injusto e subverte um princípio constitucional que é da progressividade dos impostos, porque esta medida podia até ser, embora eu também se calhar discordasse dela, podia também ter na sua base uma progressividade. Não é, dizer, «olhem os que ganham menos a taxa a devolver não é cinco por cento, mas é vinte e os que ganham menos, aliás, os que ganham mais a taxa a devolver não são cinco por cento, mas são só dois ou três», mas isso não acontece e por isso repito, isto é socialmente injusto e é nesse sentido que nós não estamos a aumentar um cêntimo de imposto. Não estamos é a prescindir de verbas que são por direito nossas e que temos a faculdade se quisermos de as devolver. É algo completamente diferente. Por isso, aconselho a quem tenha dúvidas que veja a lei.-----

Relativamente à questão do saldo de gerência, o deputado Augusto já tocou na questão que é basilar. Se vocês forem ver as contas todas e alguns aqui já foram deputados municipais noutros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

mandatos e seguramente tiveram acesso às contas, se vocês forem fazer um estudo muito fino daquilo que são as contas, a Câmara tem vivido à conta fundamentalmente de receitas extraordinárias e muito da venda do seu património e um dia quando não houver património, quando se forem os dedos e se forem os anéis, eu disse-o hoje à tarde no plenário geral de trabalhadores, tem que haver uma redução brutal daquilo que é o investimento da Câmara e da despesa da Câmara, ou então endividamo-nos brutalmente, não há outra solução. Se eu tiver só cem e gastar cento e cinquenta ou quiser gastar cento e cinquenta e para poder gastar cento e cinquenta tenho que vender o meu património cinquenta, eu vou vivendo, mas um dia a herança que os meus pais me deixaram, no caso não me deixaram nenhuma, um dia acaba, se eu não encontrar outras formas de encontrar fontes de financiamento e este é um exemplo. Ainda como alguém disse aquilo que foi aplicado pelo anterior executivo são trezentos e trinta e quatro mil euros, mas trezentos e trinta e quatro mil euros dá para fazer muita política social e deixamo-lo de o fazer fundamentalmente para beneficiar quem mais ganha. Olhe, eu se calhar até não que eu não tenho aqui ainda a minha residência e também não ganho assim tanto que os presidentes de Câmara, ao contrário do que muita gente pensa, não ganham assim tanto, mas se calhar para o trabalhador comum até têm um ordenado acima da média. Mas o que é chocante é alguém que possa ter tido uma mais-valia de IRS na venda de um património de quinhentos ou seiscentos, ou setecentos mil euros, a Câmara devolver-lhe deste um milhão e tal, devolver-lhe logo trinta, quarenta ou cinquenta mil euros. Isto para mim é chocante e por isso esta proposta, isto é uma proposta da Câmara, os senhores deputados é que saberão aquilo que é mais justo ou menos injusto”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** (do MAIS), diz que a sua intervenção é “só para concordar com aquilo que a deputada do PS disse, porque a situação financeira da Câmara, eu concordo a cem por cento que não é a vender património que se reduz a dívida, mas a situação atual não é de endividamento total, não vale a pena usar esses termos agora. Quer dizer, a dívida da Câmara este ano é de, se não estou em erro, seis vírgula oito milhões e o ano passado era de sete vírgula nove, reduziu um vírgula um milhões. Esta foi a herança do Partido Socialista, foi aquilo que fizeram de melhor, deixaram às pessoas. Quando chegaram à Câmara tinham uma dívida de dezassete, dezoito milhões e agora têm de seis, e ainda bem. Eles diziam-nos, «nós não fazemos nada, mas reduzimos a dívida». Agora, eu espero que vocês façam alguma coisa. Para terminar, o senhor Presidente tem algum pudor em dizer que não há o aumento do IRS. O ano passado, a Câmara dos cinco por cento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ficava com três vírgula setenta e cinco, agora fica com cinco. É fazer as contas”. -----

O deputado **Augusto Filipe** (da AD), afirma que a sua intervenção é “só para dizer que realmente o passivo desceu, mas foram alienados vinte e cinco milhões de euros de patrimónios dos sineenses”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, diz que não quer “eternizar a discussão, mas dizer, eu não falei no Partido Socialista, acho eu ainda em momento algum aqui nas minhas intervenções e não fiz qualquer tipo de juízo sobre a gestão anterior. Esta proposta é da atual gestão. O que eu estou a dizer é que esta medida é socialmente injusta, independentemente de quem a tenha aplicado de forma diferente do passado. Não ponha palavras na minha boca que eu não as disse, já percebi que tem um bocado essa tendência de pôr palavras. Já percebi que tem e por isso com muita tranquilidade e serenidade esta é uma proposta que nós fazemo-la com toda a convicção que estamos a beneficiar a população, a esmagadora maioria da população de Sines para podermos ter melhores condições para trabalhar e que os problemas da cidade e do concelho de Sines são muitos, de muitos milhões na área do saneamento, na área da habitação, na área dos espaços verdes, na área da requalificação urbana, são precisos muitos, um milhão e trezentos e tal vezes muitos onde a Câmara não tem possibilidade de os ir buscar e, por isso, se nós abdicarmos deste milhão trezentos e tal mil euros, vamos beneficiar algumas pessoas sem dúvida, mas aquilo que é o todo, aquilo para o qual nós trabalhamos que é tentarmos chegar a todos, vai claramente perder”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines Marisa Santos (do MAIS), colocou à votação a proposta da Câmara Municipal de Sines, para definição da participação variável no IRS para o ano de 2026 em 5% que foi rejeitada, com 8 votos a favor da CDU, 6 votos contra do MAIS, 5 votos contra do PS, 3 abstenções do PSD e 1 abstenção do CHEGA. -----

No seguimento desta votação, a deputada **Vânea Cruz** (do PS), lê a seguinte declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: “Relativamente à nossa declaração de voto do Partido Socialista acerca do ponto um da ordem de trabalhos, a participação variável no IRS constitui uma fonte de receita relevante da qual o município não deve abdicar enquanto subsistirem necessidades importantes por resolver. Ainda assim, o Partido Socialista entende que não devem ser aplicadas taxas máximas quando a situação do município não é de rutura financeira como aconteceu recentemente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

A fixação da participação variável dos três vírgula setenta e cinco por cento foi e continua a ser uma solução equilibrada que permitiu nos últimos anos devolver rendimento às famílias sempre que a receita fiscal se mantinha estável.-----

A proposta de aumento abrupto para cinco por cento é particularmente incompreensível num contexto em que a situação financeira do município nunca foi tão sólida como atualmente. -----

Nos primeiros dez meses do ano, período de gestão do Partido Socialista, o resultado do exercício apresentava um saldo positivo superior a cinco milhões de euros. O segundo mais elevado dos últimos vinte anos. Só superado pelo ano 2021. -----

A dívida do município apresentava na mesma data um dos valores mais baixos dos últimos vinte e cinco anos, tendo o município uma capacidade de endividamento que ultrapassa os treze milhões de euros. Se juntarmos tudo isto, o crescimento das receitas de impostos registados no último ano e os restantes indicadores financeiros, o Partido Socialista não encontra justificação para este aumento de impostos em sede de IRS. Resultará no agravamento de cerca de quatrocentos mil euros que as famílias terão de pagar em sede de IRS.-----

Num concelho em que a pressão habitacional e o aumento do custo de vida dificultam a atração e fixação de quadros qualificados, esta opção fiscal pode ter efeitos negativos na competitividade territorial e no rendimento disponível das famílias. Estamos perante uma opção política legítima, mas com a qual não concordamos, tendo em conta que o município tem asseguradas as condições de receita necessárias para garantir que nenhum investimento prioritário para o concelho fique comprometido”.-----

O deputado **Gil Gonçalves** (do MAIS), lê a seguinte declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: “Os deputados do Movimento MAIS votam contra a proposta da Câmara Municipal de Sines de fixação da taxa de participação variável no IRS no limite máximo legal de cinco por cento, por entenderem que esta é uma decisão com impacto direto e significativo na vida das famílias, em particular das famílias de classe média. Trata-se de uma opção fiscal politicamente relevante que não constava no programa eleitoral da força política que atualmente governa os destinos do concelho, nem foi objeto de um debate prévio, claro e transparente com os munícipes, o que fragiliza a sua legitimidade política.-----

Acresce que analisado o orçamento municipal se verifica uma diminuição do investimento municipal, o que conjugado com uma situação financeira estável da Câmara Municipal configuram circunstâncias que no entender do Movimento Mais, não sustentam nem justificam politicamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

a adoção da taxa máxima de participação variável do IRS penalizando desnecessariamente as famílias. -----

O Movimento MAIS entende que a política fiscal municipal deve ser exercida com responsabilidade social, previsibilidade e coerência programática, procurando aliviar e não agravar o esforço fiscal dos munícipes sempre que a situação financeira do município o permita. -----

Por último, os deputados do MAIS sublinham a necessidade imperiosa de uma tomada de decisão em tempo útil, reafirmando que a rejeição expressa desta proposta pela Assembleia Municipal não pode ser contornada por via do silêncio ou da inércia sob pena de se produzir por efeito automático um resultado que a Assembleia Municipal claramente não sancionou nem legitimou”. -----

Ponto 2: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara para definição das taxas de IMI para o ano 2025 - liquidação em 2026. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, explica “que está ali um bom exemplo em que a sua proposta é de redução da taxa do IMI, coisa que por exemplo o executivo anterior, pelo menos acha que nos últimos dois anos não o tinha feito. Está aqui uma medida concreta que irá beneficiar uma larga maioria da população do concelho”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 8 votos a favor da CDU, 6 votos a favor do MAIS, 5 votos a favor do PS, 3 abstenções do PSD e 1 abstenção do CHEGA. -----

Ponto 3: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara para definição da taxa municipal de direitos de passagem para 2026. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para ele dar explicações sobre o ponto em discussão. --

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, refere que “também é algo que já vinha a ser praticado de trás e eu acho que é justo que em particular as empresas de telecomunicações que tanto nos cobram a todos nós enquanto consumidores que pagam, só é pena é ser tão baixa”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 4: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara, referente ao lançamento da derrama para 2026 – exercício de 2025. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta ao Presidente da Câmara Municipal de Sines se ele quer fazer a apresentação deste ponto. Depois, passa a palavra ao mesmo. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, diz que “a proposta também é igual à que vinha já dos mandatos anteriores, ou do mandato anterior. Isenta as empresas com um valor de faturação até cento e cinquenta mil euros e depois entre cento e cinquenta e duzentos mil, isenta em função do critério que aí está estabelecido, tem a ver com a criação ou a manutenção de postos de trabalho”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 8 votos a favor da CDU, 6 votos a favor do MAIS, 5 votos a favor do PS e 3 abstenções do PSD e 1 voto a favor do CHEGA. -----

Ponto 5: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara relativa às grandes opções do plano e orçamento 2025/2030. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para ele dar explicações sobre o ponto em análise. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, afirma que não vai tecer ali muitas considerações, “aliás na Câmara também não o fez, depois estará naturalmente disponível para as perguntas que os senhores deputados entenderem. Dizer que naturalmente este é o primeiro orçamento do mandato e o primeiro orçamento deste novo executivo e eu queria focar aqui pelo menos três ou quatro aspetos que eu acho que são importantes. Relativamente ao primeiro, naturalmente e deixem-me que vos diga, já na reunião de Câmara também disse, este mandato é condicionado por aquilo que foram opções do anterior executivo, o que é normal e eu direi que o anterior executivo teve a legitimidade total até ao dia antes das eleições para tomar as opções que entender e por isso muitas das obras que têm algum peso, algum ou até muito peso financeiro que estão previstas neste orçamento são, porque foram obras que foram lançados concursos públicos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

no final do mandato anterior e que vão ter a sua repercussão financeira naturalmente no ano seguinte, isto é normal, é democracia, as pessoas são eleitas por quatro anos e seguramente que nós faremos o mesmo e vamos tomar decisões até ao último dia antes das eleições, mas este é um primeiro dado.-----

O segundo é que quem olha para os documentos perceberá que há uma redução significativa ou mesmo na ordem dos nove milhões, nove milhões e tal de euros do orçamento comparativamente ao ano passado e também quero dizer que isto pode ter dois aspetos principais, mas o principal é o esforço que nós vamos fazer para que o orçamento seja o mais real possível, porque o desejo de fazer e de resolver os problemas é muito e há uma tendência, eu diria que é quase generalizada por todas as câmaras municipais, de querer resolver os problemas todos, ou quase todos num único ano e então vamos pondo despesa num orçamento e depois quando falamos com as pessoas da área financeira e perguntamos perspectivas de receita e é-nos dito um determinado valor que pode oscilar, não é, porque é uma previsão e nós chegamos à conclusão que esse valor de receita não é suficiente, e então vamos, mas não paramos e vamos continuando a pôr despesa e depois temos que inventar receita fictícia. E isto pode ser feito com um maior peso ou menor peso. Eu entendo e pela experiência que tive ao longo de doze anos enquanto Presidente de Câmara, em doze anos apenas dois anos não foram cumpridos um princípio que está na lei que é a taxa de execução de oitenta e cinco por cento, e nesses dois anos tivemos sempre acima dos oitenta. Eu sei que há muitas câmaras que fazem o expediente e aqui penso que também era feito, que é o expediente legal, não há ilegalidade nenhuma, mas é que nós nos enganamos a nós próprios, é quase no último dia do ano faz-se uma alteração ao orçamento e baixa-se a receita e a despesa e depois cumprimos os oitenta e cinco por cento. Este ano eu já disse ao Dr. Ricardo Barbosa que não vamos fazer isso e vamos ver qual é a taxa de execução que a Câmara de Sines vai ter. Nós temos a responsabilidade de dois meses, que é aqueles que quando entrámos, entrámos dia 3 de novembro, mas eu quero ver qual é a taxa de execução e essa é que vai ser a real e é que vai ilustrar em abril quando viermos aqui discutir a prestação de contas vamos ter essa noção e, nesse sentido, tendo à partida quando conhecemos a realidade financeira da Câmara, aquilo que tentámos fazer ao máximo foi não empolar receita. Não empolar, não inventar e não nos estarmos a enganar-nos nós próprios, porque o empolamento da receita tem um de dois efeitos, ou até os dois, pode ser um misto. Um, é enganar-nos a nós próprios como eu estava a dizer. O outro é que se nós executarmos a receita e a sorte é que se calhar a Câmara de Sines não executou a receita nos últimos tempos, porque senão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

endividava-se, não é, se eu tenho uma receita de cem e faço o orçamento para cento e vinte ou cento e trinta ou cento e quarenta, das duas uma. Se executar a receita de cento e vinte, cento e trinta, cento e quarenta, eu vou-me endividar em vinte, em trinta, ou quarenta, ou então tenho uma taxa de execução mais baixa, estou-me a enganar a mim próprio, e nós não queremos enganar as pessoas, nem em particular aqui os senhores deputados e por isso a nossa proposta de redução haverá e porque há sempre algum implemento, isso até mesmo entre os oitenta e cinco e os cem há sempre quinze por cento, mas é aquilo que o legislador considerou que pronto que é razoável, que é de bom senso, nós queremos até perceber qual vai ser a taxa de execução deste ano 2025, e por isso esse é o principal.-----

Outra, que também já foi, pelo menos publicamente já falei nela e até nas reuniões ao abrigo do estatuto da oposição falei com as diversas forças políticas, é que nós vamos fazer aqui um esforço no sentido de fazer a redução nalgumas áreas aquilo que nós consideramos que é possível reduzir e, por outro lado, tentar investir nomeadamente naquilo que tem a ver com a aquisição de equipamentos e de dar mais capacidade à Câmara Municipal de trabalhar por meios próprios, chamar a administração direta no caso de intervenção de obras do espaço público e até do ponto de vista daquilo que tem a ver, não sei se terão noção, da informação que eu tenho até agora a Câmara não produz um único projeto internamente, quando eu em doze anos de arquitetura nunca se contratou um projeto fora no concelho aqui ao lado. E com custos muito significativos de pagar o projeto e depois com realidades de previsão de custos e, um exemplo que também já falei publicamente, o mercado municipal a estimativa de custos que não está atualizada anda já próximo dos quatro milhões de euros, aqui o chamado Rossio já vai em três milhões e trezentos mais IVA, salvo erro. Por isso eu acho que a Câmara tem que mudar, o nosso slogan de campanha foi «Força para Mudar» e é preciso de facto ter força e coragem para tomar opções que nem sempre são compreendidas, como foi exemplo há pouco o IRS, não foi compreendida pela maioria dos deputados e naturalmente nós temos que ter opções e estas opções na nossa opinião são aquilo que faz mais sentido. Isto não significa, como é natural, que nós vamos continuar a ter que recorrer a empresas que nos ajudem a fazer o nosso trabalho, mas temos que reforçar a nossa capacidade de adquirir maior autonomia para fazermos aquilo que é as nossas competências. Eu dou um exemplo, tudo o que tem a ver com iniciativas que a Câmara organiza e que são muitas e de sucesso e bem, já foi dito aqui há pouco a questão da valorização da iniciativa de Natal, mas tudo aquilo que vocês ali viram, tirando se calhar a decoração interior lá das barraquinhas é tudo alugado e custa, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

acho que temos que ser transparentes, a feira de Natal e da Primavera custa quatrocentos e oitenta mil euros e as Músicas do Mundo custa dois milhões e mais de cem mil euros sem horas extraordinárias e custos internos. Eu acho que a Câmara não tem condições sob pena de ter que arranjar mais vinte e cinco milhões e se calhar muito mais para ir alimentando isto tudo, e na nossa opinião é possível fazer, é possível continuar a dar dignidade a estas iniciativas, é possível e eu a experiência que tenho do passado é que isso foi possível e fazer-se as coisas ainda com mais dignidade e por isso vamos ter que fazer aqui algumas medidas e há cortes neste orçamento claramente nessa área e há reforço noutras áreas, nomeadamente de aquisição de equipamentos e de investimentos em obra e outra coisa que também está aqui bem patente, que era o terceiro aspeto que eu não referi para além daquilo que foi, digamos que o orçamento está condicionado por o executivo anterior, e já disse que é normal, nós vamos fazer aqui uma coisa que eu acho que também é lógica para toda a gente. A Câmara Municipal de Sines como as outras todas do país, e aqui é no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Litoral Alentejano, foi negociado um pacote de financiamento no atual quadro comunitário, em que a Câmara de Sines tem uma verba que tomou a opção política, se fôssemos nós a tomar tínhamos tomado seguramente de forma diferente, porque, por exemplo, não há um cêntimo para a educação, um único cêntimo quando as escolas têm problemas vários, aliás na nossa primeira semana ou na segunda com a intempérie, todas elas tiveram, ou quase todas elas tiveram inundações e não há um único cêntimo para fazer face. Era uma questão de opção política se ter eventualmente prescindido de outras áreas para se poder ter alguma verba para a educação. Para terminar, nós vamos dar prioridade claramente às obras que têm financiamento garantido, por exemplo, na área da regeneração urbana a Câmara tem cerca de três milhões e meio garantidos e a Câmara de Sines é a única dos cinco do litoral alentejano que não apresentou uma única candidatura a financiamento comunitário. Repito, uma única. Vou dizer aqui uma vez mais a minha experiência porque tenho de dizer, em Santiago na regeneração urbana o dinheiro foi todo consumido. Neste momento, já o que estava disponível para a Câmara também era na ordem dos três milhões e trezentos mil euros foi consumido, e por isso nós temos que acelerar até pelo, voltando à questão da reprogramação, está a acontecer uma reprogramação que tem uma lógica que é quem não executa, perde o comboio, perde a carruagem e a Câmara de Sines está na eminência de poder perder o financiamento que é muito e que bem precisa e por isso também este orçamento espelha muito as opções e eu não vou estar, porque já não terei tempo, se depois me perguntarem eu respondo, um conjunto de obras de regeneração urbana que estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

previstas entre 2026 e 2027, porque temos que lançar o concurso público, atualizar os projetos e lançar concurso público e naturalmente que vai-se repercutir no final do ano 2026 e depois principalmente em 27”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** (do MAIS), afirma que “esta questão do orçamento realista é importante e foi uma crítica que o MAIS sempre fez na altura ao executivo PS, porque punham no orçamento coisas como seis, sete, oito milhões de euros de mecenato e depois quanto é que tinham no mecenato? Nas receitas tinham cem mil euros e já para não falar de taxas de execução de cinquenta, sessenta por cento e nalguns casos trintas e quarentas. Por isso acho importante que o orçamento esteja ajustado e que se cumpram com as taxas de execução que se propõem”.-----

O deputado **José Pedro Arsénio**, diz que “inicia esta intervenção no sentido de elogiar a ação do executivo naquilo que foi a elaboração deste documento, onde chamou as freguesias, onde as ouviu e onde parte daquilo que é as nossas preocupações e aquilo que queremos também para o nosso território estão incluídas e é um orçamento que corresponde àquilo que são os nossos anseios, as necessidades da população e do território. -----

Sobre mais especificamente Porto Covo é por todos sabido que a rede de distribuição de água ainda não é suficiente e não chega a todos, portanto há aqui da parte do executivo uma vontade de fazer esse alargamento e esse reperfilamento da rede. -----

Depois, aquilo que é a requalificação da ETAR que está em curso e bem, aquilo que é a requalificação do campo do mar, em que o executivo anuiu aquilo que vinha de trás e que realmente é uma mais-valia para Porto Covo, os acessos às praias, em que levei três anos a reivindicar esta intervenção e o Presidente ao fim de dois, três dias tinha a intervenção aprovada.-----

Em termos daquilo que é a memória descritiva, realçar aquilo que é a vontade da Câmara de trabalhar com a Junta de Freguesia na vertente de turismo e isso foi notório neste mês e meio de mandato e transmitir que efetivamente a Junta de Freguesia está cá para trabalhar em conjunto com a Câmara, porque só assim é que faz sentido e fomos eleitos para servir a população. Um bem-haja por aquilo que fizeram e por aquilo que vamos fazer em conjunto. Portanto, o voto da freguesia de Porto Covo é favorável ao orçamento”.-----

O deputado **Augusto Filipe** (da AD), refere que em relação ao orçamento também felicita a parte “de não brincar com os números, porque os números acha que é uma coisa muito séria, e empolar receitas para tapar coisas que sabem que não vão acontecer, na sua opinião até devia de ser quase considerado... nem sabe qual é, nem quer dizer a palavra, porque não faz sentido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Posto isto, em 2027 vai ter que ter uma execução de noventa e tal perto dos cem por cento, porque já cortou aqui nove milhões, portanto acho que o que lá está é clarinho e é para ser feito. Só não posso votar a favor este orçamento porque acho que é pouco ambicioso, porque vou tentar-lhe explicar isto. Há coisas pequenas que mesmo que não têm ainda financiamento garantido ou possibilidades de ir a financiamento podíamos ter verbas pequenas e quando aparecesse o financiamento já tínhamos o trabalho de casa feito. Estou a pensar, por exemplo, na questão da ciclovia Sines Porto Covo, quaisquer cem, cento e cinquenta mil euros dava para começar a fazer um anteprojecto, para começar a falar com os proprietários, coisas desse género que acho que eram importantes. Imagine que sai uma linha em 27 ao abrigo de qualquer coisa e hoje as coisas mudam a uma velocidade muito grande e nós estaríamos preparados. Portanto, o não estarmos preparados, julgo que aquilo que fossem matérias, não grandes rúbricas, percebo o seu receio, mas havia coisas que acho que devíamos de estar neste orçamento”.

O deputado **Ricardo Baltazar** (do PS), diz que só quer dar “uma pequena nota, até porque ele ouviu as palavras do senhor Presidente. Eu tenho a certeza daquilo que o senhor disse, eu espero que sejam os quatro anos os dados reais, não só no primeiro ano, é aquilo que é esperado, e aquilo que o senhor Presidente disse é que neste ano que iam fazer dados reais. Não, aquilo que nós esperamos é que sejam os quatro anos, que não seja só no primeiro.

O deputado **Rui Silva** (do Chega), explica que a “posição do Partido Chega sobre a abstenção relativamente ao orçamento da Câmara Municipal de Sines resulta de um sentido de responsabilidade política institucional. Todos nós partilhamos um interesse comum e profundo em retirar Sines da situação difícil que se encontra. Nesse sentido, reconhecemos um sinal positivo por parte do atual executivo, a redução da taxa do IMI de zero trinta e quatro para zero trinta e três por cento, uma medida que representa algum alívio fiscal para os nossos munícipes. Valorizamos igualmente a necessidade de respostas céleres e eficazes para o concelho, bem como o claro interesse demonstrado na captação e utilização dos fundos comunitários disponíveis fundamentais para o desenvolvimento local. Consideramos ainda essencial o máximo rigor e controlo da gestão da despesa pública.

Assim, a nossa abstenção deve ser entendida como um sinal de responsabilidade e de total liberdade concedida ao atual executivo para executar o seu programa e implementar as políticas que entenda adequadas, mantendo-se naturalmente a nossa função de acompanhamento e fiscalização”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “Só aqui telegraficamente, nós somos sensíveis à questão da ciclovía, aliás o António Moura esteve aqui na última reunião de Câmara e levantou a questão e isso não significa que tenha de se traduzir no orçamento, porque como eu estou a dizer nós queremos começar a trabalhar internamente, não precisamos de ter nenhuma verba específica e há um bolo para projeto e isso para nós em termos de avaliação, nomeadamente haver um estudo prévio queremos-lo fazer, não sei se vamos ter condições de fazer porque como eu também já referi e de alguma forma já foi aqui valorizado ainda agora pelo senhor deputado do Chega, que nós como não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo, temos que nos focar naquilo que nós consideramos que é essencial e neste momento aquilo que é essencial é aproveitar algo que nos foi dado. Se nós aproveitarmos que tem a ver com os financiamentos comunitários e esta obra infelizmente não é financiada, esta obra, este projeto que se quer levar à frente para a ciclovía para já não tem oportunidade de financiamento. Por isso, neste primeiro ano nós queremos, naquilo que são as obras mais relevantes, eu há pouco não falei nelas, mas agora falarei telegraficamente, mas que são a rotunda aqui do bairro do Pidwel que infelizmente o concurso ficou deserto, foi lançado pelo anterior executivo e ficou deserto e eu achei estranho porque houve uma empresa que mandou um valor muito acima para dar um sinal e depois cheguei à conclusão quando falei com os serviços que a estimativa de custos era 2022 e que o serviço que é responsável pelas empreitadas e pelo projeto não foi ouvido, foi lançado o concurso sem ser ouvido. Por isso é natural que fique deserto, passado três anos, com o aumento brutal que houve aí dos custos da construção civil é uma coisa normal, deixou de me surpreender, mas também a rotunda ali junto à antiga escola, às escolas secundárias, a zona envolvente ao mercado, estacionamentos CEMETRA, a estrada da Floresta, algumas ruas ali transversais à rua Marquês de Pombal e o jardim da Boavista. Portanto, estas são obras que há orientações para os serviços atualizarem a estimativa de custos. Risco há sempre, mas para que o risco não seja tão grande e para que as obras fiquem desertas temos que atualizar em todas elas o projeto de infraestruturas de iluminação pública. Já agora dizer, porque isto não é só para criticar, o anterior executivo deixou-nos estes projetos todos, temos é que fazer este processo de atualização dos mesmos e de facto para quem chega é bom haver projeto, senão tínhamos que estar a fazer projetos para tudo. Alguns nós consideramos que estão com valores absurdos que é o caso do mercado municipal como eu já referi, mas pronto temos que nos focar porque a Câmara na regeneração urbana tem três milhões e meio de euros como já referi e estas obras todas a estrada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

da Floresta não é regeneração urbana, é mobilidade que tem uma estimativa de custos de dois milhões e duzentos mais IVA ou dois milhões e cem mais IVA e tem uma verba de apenas oitocentos mil na mobilidade, mas nós queremos aproveitar os oitocentos mil, porque a obra é necessária. Já agora dizer uma coisa que eu acho que há pouco não disse, nós estamos aqui para mudar, mas aquilo que corre bem nós não queremos mudar nada. Temos tanto para fazer que queremos centrar-nos é naquilo que nós consideramos que não corre bem ou que achamos que somos críticos. O que está bem feito, se pudermos melhorar ainda, melhor, mas não queremos estar aqui, só porque agora somos diferentes vamos mudar tudo. Nada disso”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines Marisa Santos, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor da CDU, 6 abstenções do MAIS, 1 voto a favor e 4 abstenções do PS, 3 abstenções do PSD e 1 abstenção do CHEGA. -----

No seguimento desta votação, a deputada **Soraia Pereira** (do MAIS), lê a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra: “Os eleitos do Movimento MAIS abstêm-se na votação das grandes opções do plano e orçamento municipal para o período 2026-2030, por coerência com os compromissos assumidos com os sineenses e com a visão estratégica plasmada no nosso programa eleitoral. O documento agora apresentado revela sinais positivos de rigor financeiro e de cumprimento das regras de equilíbrio orçamental legalmente exigidas, bem como a intenção de concluir investimentos em curso e assegurar o funcionamento regular da máquina municipal. -----

Estes aspetos são reconhecidos e valorizados pelo MAIS que sempre defendeu uma gestão responsável, transparente e financeiramente sustentada do município. Contudo, uma análise mais fina às opções estratégicas e à estrutura do investimento evidencia fragilidades que impedem o nosso voto favorável. Desde logo, verifica-se uma redução muito significativa do investimento municipal particularmente nas áreas sociais, culturais, desportivas e de desenvolvimento económico com impactos claros na capacidade do município responder aos desafios de coesão social, da atração e fixação de população e da melhoria efetiva da qualidade de vida. Esta opção contrasta com a ambição que Sines exige neste novo ciclo de crescimento económico e industrial em que o poder local deve assumir um papel mais ativo e estratégico.-----

Uma das fragilidades mais relevantes prende-se com a ausência de uma estratégia clara e financeiramente sustentada ao nível do ordenamento do território, a área absolutamente central para o desenvolvimento equilibrado do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Não se encontra nas grandes opções do plano qualquer referência explícita à conclusão de instrumentos de planeamento fundamentais que se encontram em curso, designadamente o plano de pormenor de reabilitação da zona histórica de Sines, os planos de pormenor de intervenção em espaço rural da Cabeça da Cabra e do Paiol, o plano de pormenor do forte do Revelim. Paralelamente não é identificada como prioridade nem acompanhada da correspondente previsão de verbas a revisão dos planos de urbanização de Sines e de Porto Covo na atualização de planos de pormenor estratégicos, em particular aqueles onde existe potencial para a disponibilização de solo urbano. Esta missão é politicamente relevante, pois o planeamento territorial é condição prévia para responder de forma estruturada aos problemas da habitação, das infraestruturas, da rede de equipamentos públicos, designadamente escolares e da qualidade do espaço urbano e rural.

Num concelho em que se prepara para acolher novos habitantes atraídos por múltiplos projetos industriais e logísticos não basta reivindicar respostas junto do governo central. É imprescindível que o município assuma a sua exclusiva responsabilidade de preparar o território para essas respostas.

Os eleitos do MAIS verificaram ainda que as propostas apresentadas pelo Movimento no âmbito do estatuto do direito da oposição não se encontram refletidas de forma substantiva nas grandes opções de plano e orçamento agora em apreciação. Em particular não se identificam incorporações claras das propostas que visam reforçar o carácter estratégico de planeamento territorial, antecipar respostas estruturais nas áreas de habitação, da coesão social e dos equipamentos coletivos, alinhar o investimento municipal com uma visão de desenvolvimento humano, sustentável e territorialmente equilibrado. A ausência desse acolhimento não é apenas uma questão formal ou procedimental, antes representa a perda de uma oportunidade para enriquecer o documento com contributos plurais. Melhorar a sua robustez estratégica e reforçar a cultura democrática de diálogo institucional que o MAIS considera essencial ao bom funcionamento do poder local.

A opção do MAIS pela abstenção traduz uma postura de responsabilidade política e exigência democrática. Não inviabilizamos a governação municipal, mas afirmamos com clareza que as grandes opções do plano e orçamento apresentados não respondem ainda com a ambição necessária dos desafios de Sines. Continuaremos na Assembleia Municipal a exercer uma oposição construtiva, atenta e propositiva, defendendo um concelho resiliente, inovador e preparado para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

traduzir crescimento económico e em qualidade de vida para as populações, coesão social e futuro sustentável”. -----

Ponto 6: Apreciação da atividade bem como da situação financeira do município de Sines, nos termos da alínea c) n.º 1 do artigo 2º e do artigo 19º do regimento da Assembleia Municipal de Sines.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para ele prestar esclarecimentos sobre o ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, explica que “fundamentalmente está à disposição para responder às questões que queiram colocar, sendo certo que num mês e meio não terá a informação com o conhecimento de quem porventura já está lá há mais tempo. Mas já agora dizer e longe de mim estar agora aqui a fazer considerações sobre as declarações de voto, mas dizer que, por exemplo, na questão do planeamento urbanístico para termos todos também uma noção do que é que estamos a falar e da realidade que eu conheço, não se calhar aquela que eu tive, mas aqui à dos municípios quase todos vizinhos, a Câmara de Sines é aquela de longe que tem mais instrumentos de ordenamento do território. São seis planos de pormenor aqui na cidade, tem uma coisa que eu nunca tinha visto, um plano pormenor só para um edifício, só para um edifício tem um plano pormenor, tem três planos de urbanização e tem um Plano Diretor Municipal que anda há quase vinte anos para tentar ver aprovado que ainda hoje tivemos uma reunião de manhã com a CCDR, em que estavam vários técnicos das várias áreas, em que assim de uma forma muito educada estavam sempre a frisar esse aspeto, e dizer que eu sou muito pragmático nisto. Nós temos aqui planos de pormenor que são absolutos obstáculos ao desenvolvimento da habitação do concelho, porque obrigam que pessoas diversas e com vontades diferentes para se agruparem para construírem ou para poderem construir, e depois há uns que querem, outros não querem, depois o sistema per equativo, uns são compensados, outros não são compensados, os que têm que compensar muitas vezes não têm dinheiro, porque são pessoas humildes e não têm condições financeiras para poder compensar e nós estamos a ponderar, aliás, estava um plano de pormenor em curso que eu já mandei parar, um sétimo. Já mandei parar e todos esses que a senhora deputada referiu também não vão ser feitos. Digo já aqui que não vamos gastar um cêntimo com isso, um único cêntimo, porque pode-se planear sem ter que se fazer planos pormenor e é essa a experiência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

que eu tenho, porque os planos de pormenor são de tal forma rígidos, um plano de pormenor é um loteamento. Para quem não é familiarizado com estas questões, é um loteamento, mas com regras muito mais rígidas, que cada vez que eu quero alterar alguma coisa são três ou quatro anos, enquanto um loteamento eu altero em dois meses. É isto que estamos a falar. É tudo muito bonito na teoria. Ainda hoje o senhor Ministro me dizia, «você aqui têm que abrir a questão aos investidores. Não é a única solução», não é, tem que haver também políticas públicas. Isso não disse ele, digo eu, políticas públicas de habitação, mas o privado tem aqui um papel importantíssimo. Agora, o privado vem à Câmara e são novelos de nós e nós e não conseguem fazer nada, e até existe área suficiente, podíamos estar aqui já completamente estrangulados já não havia terreno para construir, mas há e as pessoas não constroem, porque efetivamente a Câmara, já nem sequer falo da burocracia que também é muita, tem um conjunto de instrumentos de ordenamento do território que vedam em grande parte a possibilidade das pessoas poderem investir. Por isso, temos que juridicamente também encarar isto, nós podemos ter em termos de desenho urbano que está a desenhar nos planos pormenor, nós podemos ter aquilo como guia que até pode estar muito bem feito e nalguns casos até está muito bem feito. Agora, estar a impingir aquilo com regras de plano pormenor, contaram-me porque é verdade, já duas ou três pessoas me falaram. Há uma senhora num plano pormenor que tem lá uma casa que é para ir abaixo para se construir lá algo e a senhora tem direito depois a dois ou três apartamentos. O problema é que a senhora tem oitenta anos ou perto disso, uma reforma se calhar de quatrocentos euros e quem é que lhe vai explicar a ela que lhe vão demolir a casa aos oitenta anos para ela depois futuramente ter um apartamento, mas não fica como ficou, mas ela tem que pagar, porque como vai ter direito a três ela tem que pagar não sei quantos mil euros. Isto é inexequível e com todo o respeito pelos técnicos que é muito, os políticos não podem muitas vezes atrás dizerem que são conceções muito bonitas no papel, muito eruditas, mas depois na vida, na prática, no dia-a-dia não resultam. Por isso não está aqui investimento nenhum na área do planeamento, mas que está, não está é nessa ótica, porque a Câmara não tem um único técnico a fazer planeamento, um único. A única pessoa que dá pareceres nesta área é a chefe de divisão, um único técnico. Isto é surreal, encomenda tudo fora. Com estes investimentos todos que todos estes projetos e as grandes fábricas são alvo de avaliação de impacto ambiental, a Câmara é chamada a pronunciar-se, não tem técnicos nesta área, já foi comigo e tive que pôr aquilo em andamento sob pena de não podermos emitir pareceres e então parava tudo. Setenta mil euros vai-se refletir num orçamento, está cá, é planeamento”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta “se neste ponto alguém se quer inscrever para debater a análise da situação financeira ou colocar questões ao executivo municipal. Não havendo inscrições, deu-se o ponto por apreciado. Este ponto não é submetido a votação, portanto é apenas um ponto para apreciação por parte dos senhores deputados. Passamos então ao ponto sete que foi aquele ponto que aditámos à ordem de trabalhos no início, ou seja, a moção apresentada pela CDU”. -----

Ponto 7: Apreciação e votação da moção apresentada pela bancada da CDU contra a revisão do código do trabalho.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, esclarece que “apesar da moção ter sido enviada a todos os senhores deputados, ela pedia ao representante dos preponentes para apresentar a moção, por favor”. -----

Um dos deputados da CDU, lê a proposta de moção. “«A proposta de revisão do código de trabalho apresentada pelo governo do PSD-CDS constitui um grave ataque aos direitos individuais dos trabalhadores, ao impor mecanismos como o banco de horas em relações laborais profundamente desiguais e desequilibradas. Nestas condições, a oposição do trabalhador tende em traduzir-se em pressão, assédio ou descriminalização, fragilizando ainda mais quem trabalha. -----

Esta proposta representa igualmente um ataque aos direitos coletivos do trabalho ao procurar consolidar cada cidade das convenções coletivas perpetuando a lógica de chantagem que coloca os trabalhadores perante a falsa escolha entre os aumentos salariais e a perda de direitos historicamente conquistados. -----

A revisão do código de trabalho compromete a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar através de desregulamentação, dos horários de trabalho e do aumento de carga horária, traduzindo-se num claro retrocesso social que agrava as condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias, remetendo-os para a prática de exploração do passado. -----

Estas medidas penalizam de forma particularmente gravosa os jovens trabalhadores ao institucionalizar a precariedade ao longo de toda a sua vida laboral, inviabilizando projetos de vida estáveis, ao acesso à habitação, à constituição de família, à segurança no emprego. -----

A proposta revela ainda a opção política do governo por um modelo económico assente em baixos salários, que aprofunda a exploração de trabalho, fragiliza a autonomia financeira das famílias e dificulta o acesso às condições básicas de bem-estar. Neste contexto, é de sublinhar toda a solidariedade com a luta dos trabalhadores que recorrem à greve, exercício legítimo de um direito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

constitucional enquanto forma de resistência e de defesa dos seus direitos, dos salários e da sua dignidade de trabalho.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Sines reunida em Sessão Ordinária no dia 18 de dezembro de 2025, delibera: -----

1. Manifestar a sua oposição à proposta de revisão do código de trabalho que implica a diminuição dos direitos, o enfraquecimento da negociação coletiva e a precarização das relações laborais. ----
2. Defender a valorização do trabalho, dos salários e da contratação coletiva como pilares fundamentais para o seu desenvolvimento económico e social. -----
3. Expressar a sua solidariedade com os trabalhadores em luta e em greve, reconhecendo a greve como um direito constitucional fundamental e um instrumento legítimo de defesa dos direitos laborais e sociais”.-----

O deputado **Augusto Filipe** (da AD) refere que a posição do seu grupo municipal “é de votar contra, porque acha que isto vem completamente num timing errado. Nem era o dia porque havia tanto assunto importante aqui para discutirmos que às tantas podíamos estar aqui a discutir se a Venezuela vende droga ou não, se a Ucrânia estava bem ou mal, mas não é por isso. É porque realmente os sinais que a negociação está em cima da mesa, está a haver negociação, portanto parece-me que isto é completamente fora de tempo”.-----

O deputado **Rui Silva** (do Chega), afirma que o “grupo parlamentar do Partido Chega vota contra a moção apresentada pela CDU por considerar que a mesma não se revela necessária, uma vez que nada acrescenta ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido neste órgão. O mundo evoluiu, a sociedade é hoje diferente e o mercado de trabalho sofreu profundas transformações. Ainda assim é inequívoco que o Partido Chega é favorável à estabilidade laboral, princípio que creio ser partilhado por todos os aqui presentes, bem como a existência de salários justos, estabilidade no emprego e progressão nas carreiras. Jamais compactaríamos com qualquer posição que defendesse o contrário. Contudo, importa sublinhar que esta matéria é de exclusiva competência do governo central.-----

As autarquias não dispõem de qualquer poder ou intervenção efetiva neste domínio, pelo que a moção em causa se revela desprovida de utilidade prática no contexto autárquico”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines Marisa Santos, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

maioria, com 8 votos a favor da CDU, 6 votos a favor do MAIS, 5 votos a favor do PS, 3 votos contra do PSD e 1 voto contra do Chega. -----

Encerramento

Esgotada a ordem de trabalhos, procedeu-se à leitura da ata em minuta pela Secretária da Assembleia Municipal de Sines, Orlanda de Almeida Ramos, a qual foi submetida a votação e aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembleia ordinária de 18 de dezembro de dois mil e vinte e cinco, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 18 de dezembro de 2025

A Presidente da Assembleia Municipal de Sines
Marisa Filipa de Santos Rodrigues dos Santos

1ª Secretária

Orlanda de Almeida Ramos

2º Secretário

João David Plácido Soares



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES